

PANORAMA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

O nome de um homem não é algo como um manto, que pende simplesmente de seus ombros e que pode ser esticado e puxado a esmo; antes, é um traje que o veste perfeitamente, é como a própria pele, que cresce com ele e recobre seu corpo inteiro e que não se pode arranhar nem arreganhar, sem deixar alguém machucado.

Goethe (*De minha vida: poesia e verdade*)

Quando começa o interesse científico pelos nomes próprios? Onde se iniciam os primeiros estudos? O que têm feito os pesquisadores brasileiros para o desenvolvimento das pesquisas na área? Neste capítulo, apresentamos um panorama da história dos estudos onomásticos. Começamos pelas pesquisas no âmbito internacional e depois voltamos o foco para os trabalhos desenvolvidos no Brasil. Procuramos destacar, sempre que possível, a contribuição de entidades científicas, grupos de pesquisa e eventos importantes para a área.

Por *onomástica*, além do significado de ‘relação de nomes próprios’, compreendemos o estudo dos nomes próprios, analisados em seus diferentes aspectos gramaticais, etimológicos, sócio-históricos, geográficos, etc. Nesse sentido, constitui um campo autônomo do conhecimento, mas que possui interface com diferentes áreas, como linguística, história, antropologia, etc. Embora alguns autores já tenham procurado diferenciar os termos *onomástica* e *onomatologia*¹,

¹ Letelier (1906, p. 3) distinguia *onomástica* da *onomatologia*, considerando o primeiro como um “sistema jurídico de denominações utilizado em cada país para designar as pessoas” e o segundo como “ciência que estuda as origens etimológicas e as causas sociais da formação e desenvolvimento do nome próprio”.

e existam também aqueles que os consideram sinônimos, nesta obra usaremos o primeiro, que tem se consagrado ao longo do tempo.

1.1 BREVE HISTÓRIA DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

O interesse pelos nomes próprios é antigo, embora seu estudo sistemático seja recente na história do conhecimento. De acordo com Hajdú (2002), o nascimento da Onomástica deveria ser buscado no Egito antigo de cinco a seis mil anos atrás, pelo menos no que se refere à identificação do seu objeto de estudo. Ao identificar os deuses e faraós em suas inscrições, os egípcios diferenciavam os nomes comuns dos nomes próprios, tal como se observa no hieróglifo da Figura 1.1, que representa o nome de Cleópatra²:

Figura 1.1 – Reprodução de hieróglifo egípcio que representa o nome de Cleópatra



Fonte: Hajdú (2002, p. 7).

O interesse pelos nomes próprios pode ser encontrado em mitos, lendas e textos literários criados há milhares de anos. São várias as passagens bíblicas em que os autores se preocupam em explicar a origem de determinados nomes. No livro do Gênesis, explica-se o nome da cidade de Enoque: “E conheceu Caim a sua mulher, e ela concebeu, e deu à luz a Enoque; e ele edificou uma cidade, e chamou o nome da cidade conforme o nome de seu filho Enoque” (Gênesis, 4, 17). De forma semelhante, vincula-se o nome Pedro ao significado de ‘pedra’ em Mateus (16, 18): “Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (em grego, Πέτρος, *Petros*, de πετρα ‘pedra, rocha’; em hebraico, כִּפִּי).

Hesíodo também demonstrou interesse em explicar a origem de um nome próprio. Na seguinte passagem de *Teogonia: a origem dos deuses*, é possível observar que o nome do cavalo alado Pégaso se explica pelo fato de ter nascido próximo às águas de Oceano (em grego πηγή significa ‘fonte’) e o de Aurigládio

² Cf. também Gardiner (1957, p. 14-15).

(também chamado Crisaor) por portar uma espada de ouro (em grego, χρυσό significa ‘ouro’):

Dela [Medusa], quando Perseu lhe decapitou o pescoço,
surgiram o grande Aurigládio e o cavalo Pégaso;
tem este o nome porque ao pé das águas do Oceano
nasceu, o outro com o gládio de ouro nas mãos,
voando ele abandonou a terra mãe de rebanhos
e foi aos imortais e habita o palácio de Zeus,
portador de trovão e relâmpago de Zeus sábio
(HESÍODO, 1995, p. 121, versos 280-286).

Os filósofos gregos se interessavam pela relação entre os nomes e os referentes, como se observa, por exemplo, em *Crátilo*, de Platão. No início da obra, Sócrates e Hermógenes discutem quais seriam as propriedades do nome. Essa relação foi objeto de estudo de muitos lógicos e filósofos ao longo dos estudos científicos ocidentais. O interesse pelo estudo específico dos nomes próprios, no que esses teriam de peculiar, isto é, em suas características exclusivas, é mais recente. O fato de a preocupação com os nomes próprios ser antiga mas as pesquisas específicas sobre este objeto de estudo serem recentes leva Hough (2016, p. 1) a afirmar que os estudos onomásticos são, ao mesmo tempo, antigos e novos.

No século XVI, conforme aponta Hajdú (2002, p. 14), as nomenclaturas, como um gênero especial de dicionários que continham rico material de nomes próprios, começam a se tornar comuns. Como exemplo, Nicodemus Frischlin, filólogo, poeta e professor da Universidade de Tubinga (Alemanha), publica, em Frankfurt am Main, no ano de 1586, um *dicionário* de nomes trilingue (grego, latim e alemão), intitulado: *Nomenclator trilinguis, graeco-latinogermanicus, continens omnium rerum, quae in probatis omnium doctrinarum auctoribus inveniuntur, appellationes*. É necessário destacar também a importância que calendários cristãos e martirologios tiveram na atribuição dos nomes ao longo da história. O primeiro martirologio, atribuído erroneamente a São Jerônimo, foi elaborado no século IV d.C. No exemplo abaixo, retirado de um exemplar do século XVIII, pode-se ler o conteúdo referente ao dia 2 de janeiro.

Figura 1.2 – Fragmento do *Martirologio Romano* publicado em Lisboa no ano de 1748



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.³

Os nomes de santos e mártires da Igreja sempre tiveram importância na atribuição de nomes e, conforme será visto no capítulo 3, nomes cuja origem se relaciona com o cristianismo estão até hoje entre os mais escolhidos.

Em muitos países europeus, grande parte dos estudos onomásticos iniciais se concentra na pesquisa da origem dos nomes, isto é, em aspectos etimológicos, observando-se a evolução dos nomes ao longo do tempo e das línguas. Esse interesse está presente em obras do século XVIII, como é o caso de *Onomástico etimológico de la lengua gallega*, publicado em 1758 pelo Padre Martín Sarmiento (1695-1772), e continua em voga no século seguinte. Em 1824, o poeta e político

³ Disponível em: <http://purl.pt/17321>. Acesso em: 25 jan. 2020.

francês Eusèbe Salverte (1771-1839) publica *Essai historique et philosophique sur les noms d'hommes, de peuples et de lieux, considérés principalement dans leur rapports avec la civilisation*. Na obra, o autor trata não só de questões sócio-históricas, mas também inclui comentários gramaticais e pragmáticos sobre os antropônimos em diferentes idiomas.

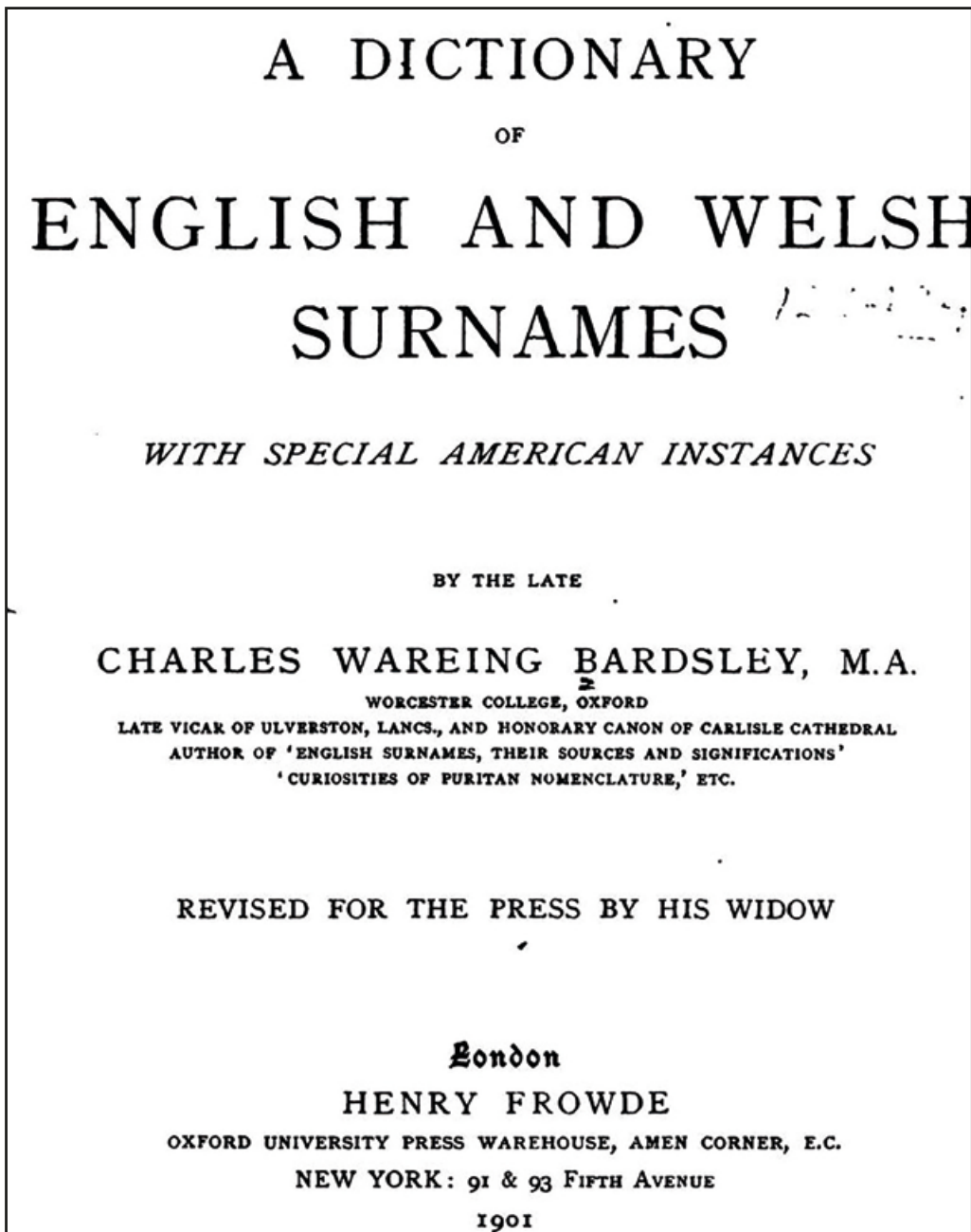
Com o desenvolvimento dos métodos de pesquisa filológica no século XIX, acentuam-se os estudos comparativistas, que também se ocupam da história dos nomes. De acordo com Hajdú (2002, p. 22), em vários países os estudos onomásticos tiveram início nos primeiros anos do século XIX (Inglaterra, Irlanda, Noruega, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Itália, Hungria, África do Sul, Japão, Austrália, etc.). Em outros, tais estudos começaram na metade do século (Suíça, Eslovênia, Croácia, Estados Unidos, Estônia, Rússia, etc.) e, no final do mesmo século, começaram os estudos onomásticos em outros países (Escócia, Islândia, Romênia, Finlândia, Lituânia, Polônia, Bulgária, Espanha, Portugal, México, etc.). Com relação aos estudos onomásticos na Lituânia, ressalte-se o estudo pioneiro de Būga, cuja maior contribuição para a área consistiu na recuperação dos nomes dos duques da Lituânia mencionados em crônicas históricas narradas em outros idiomas (a saber: russo, alemão e polonês) (ZINKEVIČIUS, 1979, p. 93).

Esse aumento gradativo do interesse pelo estudo dos nomes próprios a partir do século XVIII fez com que o termo *onomástico*, do grego ὀνομαστικός, *onomastikós*, usado com a acepção de ‘lista de nomes próprios’, passasse a ser usado, posteriormente, com a acepção de ‘estudo dos nomes próprios’⁴. Com efeito, o dicionário etimológico de Cunha (1986) data do século XIX o substantivo feminino *onomástica*.

A virada do século XIX para o século XX presenciou um aumento geral na investigação de nomes próprios em todo o mundo. Até então, eram os nomes da Antiguidade que estavam no foco dos estudiosos. Charles Bardsley (1843-1898) é um dos autores dessa época. A figura abaixo mostra a capa de uma obra do autor, que constitui um dicionário de sobrenomes ingleses e galeses publicado na Inglaterra no ano de 1901.

⁴ Vejam-se as informações etimológicas para o vocábulo francês *onomastique* no *Centre national de ressources textuelles et lexicales*, disponíveis em: <http://www.cnrtl.fr/etymologie/onomastique>.

Figura 1.3 – Capa de dicionário de Bardsley (1901)



Fonte: Internet Archive.⁵

⁵ Disponível em: <https://archive.org/details/adictionaryengl00goog/page/n2>. Acesso em: 25 jan. 2020.

No século XX, a partir da influência dos diversos campos linguísticos, os pesquisadores começam a estudar os nomes próprios considerando aspectos gramaticais, sociais, discursivos, etc. Diferentemente do século anterior, volta-se a atenção para os nomes nacionais. Em geral, a preferência é pela pesquisa de nomes de lugares e de pessoas. Na França, Albert Dauzat (1877-1955), que foi influenciado pelas obras sobre toponímia do historiador Auguste Longnon (1844-1911), torna-se referência para os estudos onomásticos. Dauzat estudou Direito e Letras na Sorbonne e defendeu sua tese em 1906. Continuou suas pesquisas na Escola Prática de Altos Estudos, onde atuou como professor e também diretor. É considerado referência nos estudos onomásticos. Entre as diversas obras do autor, podem-se citar: *Les noms de personnes: origine et évolution* (1925); *Les noms de lieux: origine et évolution; Villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits* (1926); *La toponymie française* (1939); *Les noms de famille de France. Traité d'anthroponymie française* (1945); *Dictionnaire étymologique des noms de famille et prénoms de France* (1951). Na Europa Ocidental, a Onomástica passou a ser mais divulgada a partir da publicação da primeira obra.

A mais antiga publicação sobre Onomástica disponível no *Portal de periódicos da Capes* é a de Holmes (1930). Este pesquisador investigou os nomes próprios de alunos de uma escola pública nos Estados Unidos que atendia uma comunidade de afrodescendentes estadunidenses. Em seu trabalho, Holmes faz menção a uma tese de doutorado defendida em 1927, na Suécia (MICHAELSON, 1927).

Em Portugal, José Leite de Vasconcelos (1858-1951) se destaca na história da Onomástica. O autor doutorou-se em Filologia em 1901 na Universidade de Paris, com a tese *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. É considerado um pioneiro nos estudos onomásticos de língua portuguesa, especialmente pela publicação, em 1928, de *Antroponímia Portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. A obra apresenta um estudo sistemático e pormenorizado dos antropônimos da língua portuguesa, incluindo aspectos etimológicos e gramaticais, entre outros, com farta exemplificação (VASCONCELLOS, 1928).

Foi Leite de Vasconcelos que, segundo o próprio autor, usou, pela primeira vez, em 1887, o termo *Antroponímia* para se referir ao estudo dos antropônimos. Em sua obra, o autor reconhece a existência de muitas espécies de nomes próprios, cujo estudo caberia ao que denomina de *Onomatologia*. Esta se subdividiria em *Toponímia* (“estudo de nomes locais”), *Antroponímia* (“estudo dos nomes

de pessoas”) e *Panteonímia* (“estudo de vários outros nomes próprios”), incluindo nesta a *Teonímia* (estudo “dos nomes dos deuses”) (VASCONCELLOS, 1928, p. 2)⁶. Alguns aspectos sobre a proposta tipológica do autor para os nomes de pessoa serão retomados no capítulo 3.

No século XX, importantes associações ou sociedades civis surgem em diferentes países com o objetivo de desenvolver pesquisas onomásticas. A título de exemplo, citam-se algumas dessas instituições no Quadro 1.1.

Quadro 1.1 – Instituições estrangeiras de pesquisa onomástica

Ano de fundação	País	Nome da instituição
1923	Inglaterra	<i>English Place-Name Society</i>
1926	Bélgica	<i>Commission royale de Toponymie et de Dialectologie</i>
1951	Estados Unidos	<i>American Name Society</i>
1961	França	<i>Société française d’Onomastique</i>
1967	Canadá	<i>Canadian Society for the Study of Names</i>
1981	África do Sul	<i>Names Society of Southern Africa</i>
1990	Alemanha	<i>Deutsche Gesellschaft für Namenforschung</i>

A produção científica da área levou à criação e à manutenção de várias revistas especializadas em Onomástica. Abaixo, citamos algumas:

- 1) *Acta Onomastica* (República Tcheca)
- 2) *Beiträge zur Namenforschung* (Alemanha)
- 3) *Journal of the English Place-Name Society* (Inglaterra)
- 4) *Journal of Scottish Name Studies* (Escócia)
- 5) *Namenkundliche Informationen* (Alemanha)
- 6) *Names: A Journal of Onomastics* (Estados Unidos)
- 7) *Nomina Africana: The Journal of African Onomastics* (África do Sul)

⁶ Nesta obra, conforme apontamos na Introdução, estamos adotando outra nomenclatura: a partir da proposta terminológica do ICOS, publicada em 2011, denominamos *Antroponomástica* ao estudo dos antropônimos e antroponímia ao conjunto desses nomes. Segundo essa mesma proposta, o campo de estudos de topônimos chama-se *Toponomástica* e o conjunto dos topônimos, toponímia.

- 8) *Noms: Revista de la Societat d'Onomàstica* (Espanha)
- 9) *Nouvelle revue d'onomastique* (França)
- 10) *Onoma: Journal of the International Council of Onomastic Sciences* (Suécia)
- 11) *Onomastica* (Polônia)
- 12) *Onomastica Uralica* (Hungria)
- 13) *Problems of Onomastics* (Rússia)
- 14) *Rivista Italiana di Onomastica* (Itália)

Nos séculos XX e XXI, também surgem pesquisas interdisciplinares, que criam uma interface entre os estudos linguísticos e a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, etc. Com efeito, são muitos os estudiosos de outras áreas que têm se preocupado com a categoria dos nomes próprios. Pode-se, inclusive, dizer que, historicamente, os nomes próprios têm maior peso nos estudos de áreas diferentes da Linguística. A título de exemplificação, observamos que são pesquisados na Psicologia (MARTINS, 1991; LEITE, 2004), na Psicopedagogia (RUSSO, 2000), na História e na Antropologia (CHRISTIN, 2001), na Lógica e na Filosofia (BRITO, 2003; FERNÁNDEZ MORENO, 2006; KRIPKE, 1980; PÉREZ OTERO, 2006) e em várias outras áreas.

Essa interdisciplinaridade também pode ser observada na recente obra *The Oxford handbook of names and naming*, editada por Hough (2016). Além dos capítulos teóricos e das partes dedicadas à Toponomástica, à Antroponomástica, à Onomástica literária e à Sócio-onomástica, a obra apresenta diferentes estudos que relacionam a Onomástica com outras áreas do conhecimento, como Arqueologia, Psicologia, Dialectologia, Geografia, História, Linguística Histórica, Contato Linguístico, Direito, Lexicografia e Religião. Exemplos de pesquisas deste tipo são discutidos no capítulo 8 deste livro. Mais recentes ainda são as diferentes pesquisas que incluem novos tipos de nomes, além dos tradicionais antropônimos e topônimos. A obra citada inclui capítulos dedicados aos nomes de aeronaves, animais, objetos astronômicos, residências, locomotivas e embarcações. Nübling (2015) se dedica também a uma variedade grande de outros tipos de nomes, como eventos e acontecimentos sociais, fenômenos atmosféricos, etc. (cf. capítulo 2). Análises de grandes conjuntos de dados, comparativas ou não, têm sido facilitadas pelos avanços tecnológicos. Recentemente, a Linguística de Corpus e a disponibilização *online* de dados estatísticos sobre o registro de nomes têm contribuído para os estudos onomásticos.

Eventos de caráter internacional têm sido importantes para os estudos onomásticos. Pode-se citar aqui o *International Congress of Onomastic Sciences*, realizado pelos membros do *Conselho Internacional de Ciências Onomásticas* (<https://icosweb.net/drupal/>). A primeira edição ocorreu em Paris, no ano de 1938, e atualmente tem sido realizado de três em três anos, especialmente, mas não exclusivamente, em cidades europeias.

O antepenúltimo congresso do ICOS ocorreu em 2011, em Barcelona, e os respectivos anais foram publicados em 2014. O evento seguinte foi em 2014, em Glasgow e os anais referentes ao evento foram publicados em 2016. Em 2017, o congresso ocorreu em Debrecen, na Hungria, e os trabalhos lá apresentados foram publicados na revista Onomástica *Uralica*, no ano seguinte. A análise dos três últimos anais citados permite que se tenha uma ideia do que se estuda atualmente na área no âmbito internacional.

Uma revisão de literatura realizada em uma amostra de artigos publicados nos anais de 2014 evidenciou, por exemplo, a existência de pesquisas antroponomásticas recentes nas seguintes subáreas da disciplina: Antroponomástica ficcional; Antroponomástica comparada; Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução, Antroponomástica histórica, Socioantroponomástica e investigações que estudam as mudanças jurídicas na antroponímia e sua relação com a sociedade (SEIDE, 2016b). Um estudo minucioso dos anais da ICOS publicados em 2016 revela a existência de mais uma subárea, a Antroponomástica aplicada, e ainda pesquisas voltadas a determinadas categorias de nomes próprios. A seção seguinte descreve e exemplifica cada uma delas.

1.2 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Conforme apontado na seção anterior, os congressos realizados pelo ICOS têm cumprido um papel importante na história dos estudos antroponomásticos. A diversidade dos temas abordados nas diferentes edições permite agrupar os trabalhos em diferentes áreas, como fazemos a seguir, a partir de ampliação da pesquisa de Seide (2016b).

1.2.1 Antroponomástica ficcional

Esta área de estudo reúne pesquisas cujo foco são os nomes de personagens fictícias, sejam elas oriundas da literatura, do cinema, do teatro ou de séries televisivas. Como exemplo de nomes fictícios de personagens de séries televisivas podemos citar a pesquisa de Benati (2014) sobre os nomes das personagens do seriado estadunidense *Lost*. Há também análise de nomes fictícios oriundos

de obras poéticas, como é o caso do estudo de Duda (2014) sobre os usos de nomes próprios de pessoa nas obras do romeno Mihai Eminescu. Focando os nomes ficcionais em prosa, Gonzales Cruz (2014) analisa os prenomes e apelidos nas obras de Manuel Scorza estabelecendo um paralelo entre a antroponímia peruana e a antroponímia ficcional do autor. Outra pesquisa digna de nota é a de La Torre (2014), que mostra como as práticas de nomeação de personagens na obra *New York Trilogy*, de Paul Auster, subvertem o pressuposto de univocidade e referencialidade dos nomes próprios de pessoa. Neste livro, esta área de estudo está contemplada no capítulo 8.

1.2.2 Antroponomástica comparada

Estudos deste tipo comparam dois ou mais sistemas antroponímicos entre si. Estela Ruiz (2014) pesquisa os nomes próprios de pessoas relacionados aos campos semânticos da alegria, da sorte e da abundância em várias línguas: no latim, no grego, no hebraico e nas línguas indígenas náuatle, maia e purépecha. Embora haja pesquisas como a de Ruiz em que prevalece a comparação como fim, muitas vezes as pesquisas se revestem, também, de um caráter aplicado, como é o caso de Mutusukawa (2014), em que a expressão de gênero nos nomes próprios de pessoa na língua japonesa é comparada com a da língua inglesa, tendo em vista o ensino de ambas as línguas como línguas estrangeiras. Como exemplo de comparação entre dois sistemas antroponímicos, cita-se o estudo de López Franco (2014) sobre os nomes mais frequentes em Montpellier, na França, e em Tlalnepantla de Baz, no México em 1970 e em 1975. Frequentemente, a comparação entre sistemas antroponímicos se faz necessária como um meio para se chegar a outros fins, como é o caso dos estudos de tradução, foco da próxima subseção deste capítulo, e dos estudos sobre a nomeação em contextos migratórios, tema abordado na segunda seção do capítulo 8 desta obra.

1.2.3 Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução

A tradução pode ser vista como fruto de um processo de transposição de um enunciado expresso num idioma A para um idioma B, de tal modo que o leitor do texto B possa chegar a informações e conclusões não exatamente idênticas, mas aproximadamente equivalentes. Para tanto, o tradutor utiliza várias competências, entre as quais se destaca o domínio de ambos os idiomas. Considerando que os nomes próprios fazem parte da língua e que, em cada idioma, esses elementos apresentam características próprias (embora algumas possam ser compartilhadas quando se pensa em idiomas próximos), é preciso conhecê-las para que textos com nomes próprios sejam traduzidos de modo adequado. Percebe-se, assim, a

relação existente entre Antroponomástica e Tradução, também em se tratando de textos literários, entre a Antroponomástica literária e as já citadas disciplinas⁷.

A pesquisa realizada por Kvašytė (2014), por exemplo, mostra como nomes ficticionais derivados de nomes comuns de plantas foram traduzidos da língua oficial da Letônia para a língua lituana em um conto de fadas. Não relacionada aos gêneros literários, mas consequente de políticas linguísticas – sobre as quais discorreremos na próxima subseção deste capítulo – é a investigação realizada por Azhniuk e Azhniuk (2014) sobre como a transposição compulsória do nome civil dos cidadãos dos países do Leste Europeu sob domínio soviético para o idioma russo e a consequente transliteração para o alfabeto cirílico resultaram na proliferação de formas variantes de nomes e sobrenomes. Uma vez que a russificação dos sistemas antroponímicos fazia parte da política linguística soviética, o estudo desses pesquisadores também se insere numa outra área de estudo, como explicamos melhor a seguir.

Há também o estudo de Ojārs (2016), em que são descritas várias estratégias tradutórias com inclusão da adaptação ortográfica e morfossintática, recurso que não costumava ser visto como sendo de tradução. Nas proposições e discussões, chama a atenção a argumentação segundo a qual se os nomes próprios são passíveis de tradução, o são por eles apresentarem algum tipo de significado e se caracterizarem por seguirem uma ortografia e uma estrutura morfológica e sintática peculiares. Embora este livro não foque a tradução, questões linguísticas envolvendo a caracterização dos nomes próprios de pessoas são por nós tratadas nos capítulos 4, 5 e 6, nos quais recuperamos a polêmica a respeito do significado dos nomes próprios.

1.2.4 Política linguística antroponímica e jurisdição antroponímica

Regras referentes a como os nomes e sobrenomes podem ser atribuídos aos seus portadores, e a como ambos devem ser grafados e pronunciados, inclusive no caso daqueles que não estão no idioma oficial do país, podem gerar polêmicas, as quais, na Europa, costumam ser dirimidas por políticas linguísticas antroponímicas. Se, de um lado, diacronicamente, mudanças de política linguística foram motivadas por amplas mudanças envolvendo a soberania de estados-nações e suas línguas oficiais, de outro, hoje em dia, tais mudanças costumam ser motivadas pelos intensos e crescentes fluxos migratórios que caracterizam o continente desde 1960, aproximadamente.

⁷ Sobre o tema específico da tradução dos nomes próprios, veja-se Moya (2000).

Um exemplo de pesquisa histórica sobre políticas antroponímicas pretéritas é o da investigação de Tomescu (2014), que abrangeu o período do século XVIII aos dias de hoje na Romênia. Em seu trabalho, a pesquisadora mostra que houve uma relativização do sistema de nomes de pessoas na região em decorrência de uma política anterior estabelecida para obrigar os romenos a adotarem nomes húngaros. Estando em desacordo com tal política, houve uma reação de resistência: “a escolha de nomes cuja tradução a este idioma era impossível e o uso de nomes latinos” (SEIDE, 2016b, p. 1163). Reação semelhante foi motivada por uma política linguística adotada ao final do século XIX na província de Posen, numa região cujo território foi disputado por alemães e poloneses (WALKOWIAK, 2014). Essa região fez parte do Império Alemão de 1871 a 1910 e, hoje em dia, faz parte da Polônia. Dada a política antroponímica imperialista alemã de não registro de nomes poloneses e incentivo à adoção de nomes alemães, a população reagiu escolhendo “nomes que fossem poloneses e/ou eslavos e que não tivessem equivalentes na língua alemã” (SEIDE, 2016b, p. 1163).

No Brasil, não existem políticas linguísticas antroponímicas, apenas um conjunto de normas civis sobre atribuição de nomes, conforme mostramos no capítulo 2 deste livro, especificamente na seção 2.4. Assim como no Brasil, registram-se, em alguns países europeus, algumas possibilidades jurídicas de alterações do nome. Quando isso ocorre, surge o interesse de se verificarem ou as circunstâncias sociais que motivaram as mudanças ou se elas alteraram, de alguma forma, o modo tradicional de atribuição de nomes. Tratando de recentes mudanças jurídicas da Finlândia, Leino (2014) investigou o impacto de uma lei permitindo a mudança de prenomes por transexuais, e Paikkala (2014) o de uma lei que desobriga a esposa a adotar o sobrenome do marido por ocasião do matrimônio (SEIDE, 2016b, p. 1163).

Exemplos de pesquisas que congregam política linguística e jurisdição são as de Havlik (2016) e Jilková (2016), ambas relacionadas a questões normativas sobre como nomes próprios estrangeiros devem ser incorporados ao idioma tcheco. Segundo a política antroponímica adotada na República Tcheca, os nomes estrangeiros devem ser pronunciados tal qual o são no idioma original, e existem regras específicas visando à adaptação ortográfica. Não obstante este princípio fonológico, o princípio ortográfico (leitura dos nomes a partir da escrita, segundo interpretação da língua tcheca sobre relações entre grafemas e fonemas) também é seguido, ao menos no que concerne à pronúncia de nomes poloneses (HAVLIK, 2016) e húngaros (JILKOVÁ, 2016).

1.2.5 Antroponomástica histórica

As pesquisas de Tomescu (2014) e Walkowiak (2014) também poderiam fazer parte desta subseção, uma vez que tratam de hábitos atributivos pretéritos. Na sequência, apresentamos algumas pesquisas de viés histórico segundo o objeto de estudo investigado.

Conforme explicamos melhor no capítulo 3 deste livro, o prenome é o primeiro nome de uma pessoa, aquele pelo qual os pais querem que ela seja chamada e identificada no grupo social do qual faz parte. Um exemplo de pesquisa histórica sobre o prenome pode ser encontrado em Kallio (2016), que investiga o surgimento e o uso de prenomes femininos da Finlândia formados pelo sufixo *-iina* do século XIX ao século XX, com base em pesquisa documental dos nomes registrados em cartórios.

Outras pesquisas históricas focam os sobrenomes, os quais, em muitas línguas, são justapostos ao prenome e indicam a ascendência das pessoas. Abramowicz e Dacewicz (2014), por exemplo, investigam o surgimento e a evolução de sobrenomes na comunidade judaica da região nordeste da Polônia do século XVI ao século XVIII. Conforme mostra a pesquisa realizada, nessa comunidade, “os sobrenomes só ganharam estatuto hereditário e estável na segunda metade do século XIX, sob pressão do czarismo” (SEIDE, 2016b, p. 1162). Também adotando um ponto de vista histórico a respeito dos sobrenomes, Balodis (2016) investiga os sobrenomes letões que, etimologicamente, estão relacionados a nomes de profissão (como é o caso, por exemplo, do sobrenome português *Ferreiro*) e compara seu uso com o de sobrenomes de mesma origem etimológica em países próximos da Letônia: Alemanha, Polônia, Estônia e Lituânia.

Há também pesquisas que abrangem o estudo histórico da evolução do nome completo das pessoas. Este é o caso da pesquisa realizada por Tonda e Rossebastiano (2014), que investigam os nomes de italianos e descendentes de italianos que emigraram de Piemonte, na Itália, para o pampa argentino em três períodos, abrangendo os nomes dos migrantes, em 1886, e das primeira, segunda e terceira gerações de nascidos na Argentina, de 1886 a 1889, de 1966 a 1990 e 1991 a 2006, respectivamente. Outro exemplo de pesquisa com este viés é o estudo de Jordà (2016), relacionando a evolução e diversificação dos sobrenomes a movimentos migratórios em Barcelona de 1451 a 1900.

No capítulo 3 deste livro, descrevemos as diversas categorias de nomes próprios de pessoas, entre as quais estão os nomes que não são oficiais, isto é, que não fazem parte do nome civil que se registra em cartório, como é o caso dos

apelidos. Têm surgido cada vez mais pesquisas sobre estes nomes não oficiais, bem como sobre oficialização de hipocorísticos quando estes passam a ser registrados como prenomes.

Este tema é abordado por Nair e Scherr (2016), que investigam as ocorrências de hipocorísticos de nomes ingleses registrados em paróquias no período de 1540 a 1800. Especificamente sobre os apelidos, Felecan (2016) investiga como os professores de ensino médio são apelidados por seus alunos. Os processos de nomeação em contextos *online* e *offline* também têm sido alvo de investigações. Há também uma interessante pesquisa desenvolvida por Kaluzynska (2016) sobre como são os nomes artísticos de cantoras e prostitutas chinesas ao longo do século passado.

Boa parte das pesquisas divulgadas nos congressos promovidos pelo ICOS procuram relacionar linguagem e sociedade. No capítulo 8, em que tratamos da nomeação em contextos migratórios no Brasil, seguimos este viés. Uma pesquisa deste tipo é a de Frändén (2016), sobre como os sobrenomes de imigrantes são adaptados ao sistema antroponímico sueco, o qual considera a hipótese de que – tal como ocorreu com os nomes suecos nos Estados Unidos – os prenomes indicadores de identidade étnica podem não mais ser usados ao longo do tempo, porém os sobrenomes permanecem.

Uma pesquisa diferente por abordar um sistema onomástico não ocidental foi desenvolvida por Mabuza (2014), na África do Sul. Em muitas culturas africanas, a atribuição de nomes é feita com muito cuidado e após observação minuciosa do comportamento do recém-nascido, pois se acredita que o nome em si deve estar de acordo com a personalidade do nomeado, considerando a crença de que o nome tem o poder de modelar o comportamento do nomeado. Nesse contexto, Mabuza investiga a influência desta crença no comportamento das pessoas. Ele aplicou 500 questionários a estudantes universitários de uma universidade sul-africana e também analisou listagens de nomes de alunos da mesma instituição. Sua pesquisa contém evidências de que, na África do Sul, tendo em vista as expectativas sociais sobre como os portadores de um determinado nome deveriam se comportar, eles tendem a agir conforme essas expectativas. É esta conformidade que deixa, nos estudantes, a impressão de que o nome tem o poder de determinar a personalidade das pessoas.

Finalizando esta apresentação de pesquisas recentes no âmbito internacional, há ainda uma investigação sobre os nomes completos dos autores de artigo e nomes dos autores de artigos citados na plataforma de revistas médicas PubliMed. O objetivo dos pesquisadores foi o de verificar se havia viés ideológico

na política de citação de autores chineses em comparação com autores ocidentais em geral e, especialmente, autores cujos nomes indicam serem pesquisadores falantes nativos de língua inglesa. Os resultados da pesquisa mostram que, em sua maioria, autores chineses são citados por autores chineses e que um artigo publicado por autores chineses é três vezes menos citado pelos demais (CARSENAT; SHOKENMAYER, 2016). Percebe-se, nesse artigo, que o estudo dos nomes próprios é feito como um meio para elucidar as relações de poder implícitas no fazer científico da área da Medicina. Trata-se de uma pesquisa que mostra que o estudo dos antropônimos pode ser aplicado como um meio para se descobrir e investigar fenômenos políticos e ideológicos indicados pelos nomes com base em pesquisas baseadas em indexadores bibliométricos.

1.3 ESTUDOS ANTROPONOMÁSTICOS EM ÂMBITO NACIONAL

O interesse pelos estudos onomásticos no Brasil é muito recente, se comparado às pesquisas citadas neste capítulo. Isso se deve também à história dos estudos linguísticos no país, que são tributários da criação dos cursos de Letras e se intensificam com o início dos programas de pós-graduação.

De modo geral, a preocupação com a descrição linguística no Brasil é, historicamente, recente. Ao comentar o pensamento brasileiro sobre a língua portuguesa durante o período de 1820 a 1920, Pinto (1978) comenta a falta de formação e de informação linguística dos autores da época, o que se explica pelo pouco interesse institucional pelo tema. Segundo a autora, os trabalhos eram influenciados pelas polêmicas e geralmente continham argumentos de ordem subjetiva “postos a serviço das conveniências pessoais do interessado, ou de seus ideais nacionalistas” (PINTO, 1978, p. XLV). Deve-se ressaltar, entretanto, que essa experiência levou ao início do pressuposto da existência de uma realidade linguística brasileira em oposição à portuguesa, cujo incentivo teria vindo de Leite de Vasconcelos. Conforme a mesma autora, foi “sob a égide de um português que se abriu, a partir dos anos 20 [do séc. XX], novo ciclo de pesquisas da fala regional e, conseqüentemente, novos debates sobre a natureza da língua no Brasil” (PINTO, 1978, p. LVIII). A partir dos anos 20 do século XX, começam a ganhar força os estudos dialetais da língua portuguesa no Brasil. Entretanto, os autores da época não se debruçaram sobre características dos nomes próprios brasileiros.

Nos anos 30 do século XX, com a criação das primeiras faculdades de filosofia no Rio de Janeiro e em São Paulo, inicia-se um processo de “cientificação” dos estudos linguísticos no Brasil (ALTMAN, 1998). Mas, embora tenha havido

interesse pela inclusão da disciplina linguística nos currículos acadêmicos, tal como comenta Cavaliere (2014, p. 103) a propósito da posição de Antenor Nascentes, a universidade brasileira só teve a disciplina de Linguística institucionalizada em 1962, por resolução federal, conforme expõe Altman (2012, p. 17).

Estudos sobre nomes próprios eram realizados por pesquisadores de diferentes áreas (CARDOSO, 1961; DRUMOND, 1954; 1965). Carlos Drumond, por exemplo, etnógrafo da Universidade de São Paulo, realiza estudos etnolinguísticos dos nomes de lugares provenientes do bororo. Será este pesquisador o orientador de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que, em 1980, defende a tese *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos* e dá início a um grande conjunto de pesquisas linguísticas que seguirão o caminho aberto pela pesquisadora.

Com relação aos antropônimos, Henrique Fontes (1885-1966) publica *Digressões Antroponímicas* em 1951, obra que apresenta aspectos etimológicos de um grande conjunto de antropônimos brasileiros. Mas é fundamental destacar aqui o trabalho de Rosário Farâni Mansur Guérios (1907-1987). Inspirado em pesquisadores europeus, como A. Dauzat e Leite de Vasconcelos, o autor publica, em 1949, o *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, obra que teve sua segunda edição em 1968 e a terceira em 1981 (GUÉRIOS, 1981). Mansur Guérios foi docente na Universidade Federal do Paraná e membro da Academia Paranaense de Letras. Sua contribuição aos estudos onomásticos no Brasil é de extrema relevância para muitos trabalhos contemporâneos.

Os estudos sobre nomes próprios no Brasil na segunda metade do século XX passam a ter uma aproximação maior com a linguística e geralmente são desenvolvidos por docentes e alunos de instituições brasileiras de ensino superior. Desse modo, mais recentes ainda são as pesquisas de pós-graduação, já que os programas de pós na área de estudos linguísticos só começaram a ser criados no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Em 1968, a Universidade Federal do Rio de Janeiro criou o primeiro programa de pós-graduação em Linguística e, nos anos seguintes, importantes instituições, como Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais, criaram seus programas de pós-graduação na área de Letras. A partir de então, começam a ser desenvolvidas pesquisas de mestrado e de doutorado voltadas para os estudos lexicais, contemplando, ainda que de forma tímida, os estudos onomásticos.

Atualmente, também são desenvolvidas pesquisas em Onomástica em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Tocantins, da Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, entre outras.

Em 1986, é criado o Grupo de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que se mantém ativo até os dias atuais. As atividades do grupo incluem pesquisadores de diferentes instituições que se ocupam dos nomes próprios, especialmente dos topônimos e antropônimos. Em 2015, o mesmo grupo criou a revista eletrônica GTLEX, sediada na Universidade Federal de Uberlândia e dedicada aos temas da lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia e onomástica.

1.3.1 Publicações sobre antropônimos no Brasil

Nesta seção, apresentamos um panorama das publicações sobre os estudos antroponímicos realizados no Brasil. Para tanto, nos valem da ferramenta de busca do Google Acadêmico para reunir pesquisas recentes na área. A busca foi feita no dia 10 de dezembro de 2018, abrangeu o período que vai de 2011 a 2018 e usou, como palavra-chave, o termo *antropônimo*. Após exclusão dos trabalhos que não foram realizados por brasileiros, não eram sobre antroponímia no Brasil, eram resumos ou projetos de pesquisa ou sobre o qual não se podia saber o ano de publicação, chegamos a uma listagem de 43 pesquisas. Complementando a revisão de literatura ora apresentada, reunimos dois capítulos da série *Ciências do Léxico* que tratam da antroponímia brasileira⁸.

Chegamos assim a um conjunto de 45 pesquisas recentemente publicadas sobre a antroponímia brasileira. A seguir, elas são apresentadas da seguinte maneira: primeiro descrevemos os capítulos de livro, seguindo-se a ordem cronológica de publicação e, na sequência, as publicações disponíveis *online*, as quais foram reunidas conforme o objeto de estudo e a metodologia adotadas. As pesquisas apresentadas em conjunto, portanto, adotam um mesmo viés ou seguem o mesmo paradigma de pesquisa ou focam objetos de estudo semelhantes.

Na coleção *Ciências do Léxico*, são publicados resultados de pesquisas antroponímicas no volume VII, publicado em 2014, e no VIII, publicado em 2018. No volume VII, sobre antroponímia brasileira, há um capítulo no qual Seide e

⁸ Cumpre informar que o primeiro volume foi publicado em 1998 e o oitavo e último em 2018. A série, publicada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, reúne pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL), comentado na seção anterior.

Schultz apresentam uma proposta teórica e aplicada da utilização de um viés cognitivo e psicológico baseado na Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001 [1995]) para dar conta dos sentidos atribuídos aos nomes segundo as características presumidas de seus portadores (SEIDE; SCHULTZ, 2014). No último, VIII, Seide analisa e descreve duas tendências antroponímicas – a moda e a tradução na escolha de nomes numa comunidade de fala – com base em uma amostra de nomes registrados no cartório do município de Marechal Cândido Rondon na segunda metade do século passado (SEIDE, 2018).

Em 2011, é publicado um artigo que propõe uma classificação abrangente da antroponímia do Brasil (AMARAL, 2011a). Também representando uma contribuição para o aperfeiçoamento teórico e/ou metodológico da Antroponomástica, encontra-se a pesquisa de Henriques (2011), que discute as concepções de Ferdinand de Saussure sobre os nomes próprios, a discussão sobre a existência de sentido dos nomes próprios, para linguistas e para gramáticos, realizada por Mendes (2012) e a apresentação da área da Sócio-Onomástica feita por Frai (2016).

Encontramos também pesquisas do tipo revisão de literatura, como o trabalho de Seide (2016b) já citado e o realizado por Simões Neto e Rodrigues (2017). Seide procura divulgar ao público brasileiro as pesquisas realizadas no âmbito internacional e classificá-las tendo por base as metodologias empregadas pelos pesquisadores e seus objetos de estudo. Simões Neto e Rodrigues reúnem e analisam pesquisas realizadas no Brasil sobre os processos morfológicos envolvidos na criação de nomes não oficiais, tendo por base uma pesquisa que compara os nomes e sobrenomes mais frequentes em Portugal e no Brasil feita por um pesquisador português (CASTRO, 2004), um livro de Mexias-Simon e Oliveira (2004) sobre a antroponímia fluminense do século XX e publicações relacionadas ao projeto de pesquisa “Todos os nomes: análise histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana”, coordenado por professores da Universidade Federal da Bahia e que inclui o estudo da antroponímia baiana do século XX.

Algumas pesquisas, entre as elencadas nesta revisão de literatura, almejam a descrição linguística dos nomes próprios das pessoas. Massini-Cagliari (2011) analisa como nomes de origem estrangeira são grafados e provavelmente pronunciados em cantigas medievais ibéricas e atualmente no português brasileiro de modo a elucidar processos de adaptação fonológica. Gonçalves (2004), por sua vez, propõe uma análise dos processos morfológicos de abreviação de nomes (hipocorização) a partir da interface entre a Fonologia e a Morfologia. Lima (2017) estuda as especificidades da formação de hipocorísticos de nomes compostos como *Malu*, forma abreviada de *Maria Luíza*. Apenas uma pesquisa adota

viés prescritivo: Simões (2013) descreve e analisa o uso linguístico em desacordo com as regras de uso de maiúscula em textos de alunos universitários brasileiros.

Há também oito artigos oriundos da Sociolinguística que procuram esclarecer o uso de artigo definido antes do nome próprio de pessoa no português do Brasil e tentam relacionar o seu uso a variáveis geográficas e sociais. Há uma investigação deste fenômeno linguístico na capital do estado do Espírito Santo, tendo por base uma amostra de vinte entrevistas orais realizada em 2002 (CAMPOS JÚNIOR, 2012) e outra baseada em dados orais coletados em Serra Talhada, município situado no sertão pernambucano (SIQUEIRA, 2014).

Também tendo por base dados da linguagem oral, Menon (2016) compara os usos registrados em dois bancos de dados, um gerado em Curitiba e outro em João Pessoa em 1990. Também de natureza comparativa e baseada em dados orais, a pesquisa de Sedrins, Pereira e Silva (2017) contrasta o uso do artigo em duas cidades pernambucanas e a de Dias e Faria (2017) o faz comparando dados orais de duas cidades mineiras.

Um pouco distinta é a pesquisa de Carvalho (2017). De natureza sociointeracional, sua investigação evidencia a influência do contexto e do interlocutor no uso de artigo definido com antropônimo na fala de jovens provenientes de Barra Longa (MG) e residentes na capital mineira. Também focando duas cidades mineiras, mas com viés histórico, Mendes (2017) analisa dados de linguagem escrita do período de 1875 a 1950 para procurar compreender como os usos de artigo antes do nome próprio de pessoa nas duas cidades vizinhas foi se tornando divergente. O último artigo sobre este tema foca os julgamentos e as crenças de moradores do município pernambucano de Serra Talhada sobre o uso do artigo antes dos nomes (PEREIRA; SILVA, 2018). Esse tema será aprofundado na seção 4.3 do capítulo 4 deste livro.

Uma quantidade maior de pesquisas tem por foco analisar um recorte da antroponímia contemporânea brasileira. Uma delas se destaca por focar no sistema antroponímico de uma nação indígena, população autóctone do Brasil. Lopes e Ferreira (2018) analisam, de um ponto de vista semântico e cultural, os nomes próprios de pessoas usados pelos habitantes das aldeias da Reserva Indígena Mãe Maria (cerca de 627 pessoas, segundo coleta de dados do posto de saúde da comunidade), localizada nas proximidades do município de Marabá, no estado do Pará. Trata-se de indígenas falantes da língua parkatêjê, um idioma filiado ao complexo dialetal timbira, o qual faz parte do tronco macro-jê. Os demais artigos analisam amostras de nomes não indígenas que nomeiam cidadãos que habitam diferentes partes do Brasil.

A pesquisa de Rodrigues e Coelho (2016) analisa os nomes de étimo germânico de uma lista de nomes de aprovados no vestibular de 2005 da Universidade Federal da Bahia. Outras pesquisas focam os nomes próprios de pessoas nascidas na região sul do país: há três que analisam amostras de nomes coletados na região oeste do estado do Paraná (SEIDE; GRESPAN, 2013; VESCOVI, 2014; VESCOVI, 2016) e quatro baseadas em nomes coletados em municípios das regiões nordeste e centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul (ECKERT, 2013; ECKERT; RÖHRIG, 2016a; ECKERT, 2017).

Além de todas se filiarem à Onomástica, são baseadas em amostras de nomes coletados em registros escritos. As pesquisas paranaenses baseiam-se em amostras de nomes registrados em cartório nos municípios de Toledo (SEIDE; GRESPAN, 2013), Palotina (VESCOVI, 2014) e Maripá (VESCOVI, 2016), que são municípios vizinhos, todos pertencentes à região oeste do estado. Com base em amostra de nomes de alunos universitários, Eckert (2016; 2017) descreve e analisa os sobrenomes e os nomes mais frequentes dos estudantes do campus de Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Focando outra região do estado, a região nordeste, Eckert investiga os nomes dos munícipes de Lajeado a partir de um elenco de nomes constantes numa lista telefônica do município de 2012 (ECKERT, 2013). Anos depois, também tendo por fonte nomes registrados em lista telefônica, analisou com Röhrig os nomes dos habitantes do município de Estrela, vizinho de Lajeado (ECKERT; RÖHRIG, 2016a).

Também com o intento de descrever uma parcela da antroponímia brasileira, encontra-se a pesquisa realizada por Amaral e Machado (2015), na qual são descritos e analisados os nomes de urna e os nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, situada no estado de Minas Gerais. Também focando nomes não oficiais no estado, Camilo (2011) investiga o uso de apelidos em anúncios fúnebres impressos nas cidades de Ouro Preto e Mariana e compara os modos como homens e mulheres são referenciados nesses textos.

Focando o processo que resulta na atribuição de um nome a um indivíduo, há duas pesquisas que analisam as motivações pelas quais os pais escolhem um nome para seu filho, em detrimento de outros. Seide descreve motivações contemporâneas para a escolha dos nomes com base em relatos e questionários escritos por universitários nascidos na década de 1990 do curso de Letras de uma universidade pública do oeste do Paraná (SEIDE, 2013a) e analisa em profundidade um recorte dos dados coletados com o fito de correlacionar o

significado originalmente religioso de nomes como *Cristina* (cujo significado etimológico é “crístã”) e *José* (como nome do progenitor de Jesus Cristo), à motivação informada para a escolha desses nomes e às mudanças no campo religioso havidas na região conforme dados do IBGE e pesquisas antropológicas (SEIDE, 2016a).

Encontramos também outras pesquisas descritivo-analíticas, mas que adotam um viés histórico e diacrônico. Sacerdote (2012) analisou, em um corpus de textos notariais medievais portugueses do século XIII ao século XVI, como se deu a formação, adoção e difusão de sobrenomes. Mesmo não sendo uma pesquisa que descreve os nomes próprios de pessoas no Brasil, consideramos sua pesquisa pertinente à antroponímia brasileira, tendo em vista que a antroponímia portuguesa foi para cá transplantada a partir do século XVI. Mariano (2013), por sua vez, analisou dados oriundos de uma irmandade baiana da segunda década do século XX, que mostram como os seus membros – homens afrodescendentes, livres e com profissão definida, portanto uma elite da população negra da época – revelam a constituição da antroponímia adotada por esta população. Também procurando descrever, historicamente, a antroponímia brasileira, Almeida (2015) se baseou nas informações disponíveis em um dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa do filólogo português José Pedro Machado para estudar as motivações para a adoção e manutenção, na antroponímia brasileira, de nomes cujo étimo remonta à língua grega ou à língua latina. Há também um estudo mais recente, no qual é analisada uma amostra de cartas das décadas de 1960 e 1970 endereçadas ao então senador acreano Guiomard Santos, pesquisa que apresenta algumas características da antroponímia do Acre daquela época (NOLASCO; HOSOKAWA, 2012).

Outra vertente de estudo foca os nomes de personagens literárias, isto é, a antroponímia ficcional. Camara (2013) investiga a caracterização social de personagens realizada por meio da nomeação via atribuição de hipocorístico às personagens nas obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. Queirós (2015) analisa a etimologia dos nomes e dos sobrenomes das personagens da obra *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado, publicada em 1987. David e Siqueira (2014), por sua vez, investigam os nomes ficcionais do conto “João Boi”, do escritor goiano Bernardo Élis, o qual foi publicado no livro *Apenas um violão*, em 1984. Eckert e Röhrig (2016b), por sua vez, analisam os nomes de personagens no romance *Ubirajara*, de José de Alencar, publicado em 1874, e Eckert e Röhrig (2018) nas obras *São Bernardo* e *Vidas Secas*, publicadas por Graciliano Ramos em 1934 e em 1938, respectivamente.

Também focando textos fictícios, Silva (2016) compara e analisa como três tradutores brasileiros traduziram os nomes próprios de um conjunto de tiras da personagem Mafalda, criada por Quino, e verifica as diferentes estratégias adotadas, bem como as divergências entre as traduções. Nos limites entre realidade e ficção, estão as reflexões de Camargo (2018) sobre o uso de heterônimos e pseudônimos por parte de um jornalista brasileiro e um cronista português contemporâneos. Outra pesquisa sobre os usos de funções dos nomes próprios em textos escritos não literários é a de Bassetto (2013), que aborda recursos coesivos lexicais e recursos de construção discursiva dos referentes que contêm nomes próprios.

Nesta seção, fizemos referência a 45 pesquisas sobre nomes próprios de pessoa que foram publicadas de 2011 a 2018, as quais evidenciam a diversidade e a riqueza desta área de estudo. Ao longo deste livro, serão contempladas muitas das áreas de estudo ora mencionadas.

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O Quadro 1.2 expõe alguns tópicos importantes discutidos neste capítulo sobre a história dos estudos onomásticos.

Quadro 1.2 – Síntese do capítulo 1

1. O interesse pelos nomes próprios é antigo, mas seu estudo sistemático e científico é recente, já que teve início no século XIX e se acentuou no século XX.
2. José Leite de Vasconcelos (1858-1951) foi pioneiro nos estudos onomásticos em língua portuguesa e suas publicações são referência para muitas pesquisas posteriores.
3. No Brasil, os estudos onomásticos se desenvolveram com a institucionalização da Linguística e o desenvolvimento de programas de pós-graduação em Letras e em Linguística na segunda metade do século XX.
4. Entre os primeiros pesquisadores brasileiros de onomástica, destacam-se Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987) e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.
5. Há diversas revistas especializadas, organizações e congressos internacionais que promovem os estudos onomásticos. No Brasil, esta promoção é feita por alguns programas de pós-graduação em Letras e/ou Linguística e pelo Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL).
6. Uma revisão de literatura nacional e internacional para o período de 2011 a 2018 evidenciou, além da Sócio-Onomástica como campo de pesquisa do estudo dos nomes próprios de pessoas (Socioantroponomástica), outras diferentes áreas, como:
 - a) Antroponomástica ficcional;
 - b) Antroponomástica comparada;
 - c) Antroponomástica aplicada aos estudos da tradução;
 - d) Política linguística e jurisdição antroponímica;
 - e) Antroponomástica histórica.